

A agenda sul-americana e a presidência de Cristina Kirchner

Félix Peña*

A América do Sul é um dos três pontos de destaque na agenda externa da Argentina. Outros são o Atlântico Sul e a Antártica e o complexo agro-alimentar-energético global. Não são os únicos pontos, mas são aqueles em que o país pode aspirar, com bases sólidas, a ter um protagonismo relevante. Tanto por questões históricas, como por razões actuais e mesmo potenciais, são os temas em relação aos quais os principais centros de poder mundial tomarão em consideração a posição da Argentina, os seus interesses e as suas expectativas.

Por isso, é oportuno reflectir sobre quais são as questões relevantes da agenda sul-americana no próximo mandato presidencial. É uma agenda que se liga, e condiciona, desenvolvimentos que podem ocorrer, entre outros, nos círculos mais amplos da inserção externa da Argentina, seja em termos latino-americanos ou hemisféricos, nas relações com a Europa e com as grandes economias emergentes. De momento, centremo-nos no que, por razões geográficas, económicas e políticas, é o contexto externo mais próximo do país.

A governabilidade do espaço geográfico regional, a sua capacidade para contribuir para o desenvolvimento nacional e o seu impacto na relações com outras nações, particularmente com os Estados Unidos, a União Europeia e a China, são algumas das questões que dominarão a agenda sul-americana nos próximos anos – ou seja, durante o mandato de Cristina Kirchner.

A questão da governabilidade do espaço sul-americano relaciona-se com a capacidade dos países da região para domesticarem as forças centrífugas que, por vezes, surgem no horizonte. Têm a ver, em particular, com velhos conflitos, não resolvidos, do passado, com fracturas sociais e étnicas em alguns países, com o desenvolvimento de redes de narcotráfico e de crime organizado, com a competição em termos de recursos naturais, com dissonâncias conceptuais e mesmo ideológicas emergentes, e com leituras diversas sobre a evolução do contexto global e, particularmente, do quadro hemisférico.

A questão da capacidade para potenciar o desenvolvimento económico e social de cada país tem a ver com a possibilidade de pôr em prática redes de comércio e de produção à escala regional, o que implica regras do jogo previsíveis em matéria de investimento e de integração, a ampliação das infra-estruturas físicas e a visualização da enorme capacidade energética sul-americana, em perspectivas e marcos institucionais comuns.

Finalmente, a questão do impacto das relações económicas com terceiros países requer a procura de posições compatíveis nas negociações comerciais globais, bem como a inserção na vasta rede de acordos preferenciais que proliferam por todo o mundo.

São questões que exigem a articulação de estratégias nacionais que possam ser compatíveis, tomando em consideração as diferenças de interesses e de visões que, em parte, também reflectem disparidades crescentes de dimensão económica e de níveis de desenvolvimento relativos. Exigem aos diversos protagonistas prudência, o desenvolvimento de perspectivas e instituições comuns e, em particular, a capacidade para construir lideranças colectivas, já que o carácter crescentemente multipolar do

* Director, Instituto de Comércio Internacional da Fundação BankBoston, Buenos Aires. Este artigo foi originalmente publicado no jornal *El Cronista*, a 2 de Novembro de 2007.

espaço sul-americano não toleraria pretensões hegemónicas, nem dos países da região, nem – e ainda menos – de países de fora da região, incluindo os Estados Unidos. Presença activa, vocação de diálogo e sentido de equilíbrio nos diagnósticos e nas iniciativas, são três qualidades que contribuiriam para que ao novo mandato presidencial na Argentina correspondesse um acrescido protagonismo na governabilidade da região sul-americana. São condições necessárias para consolidar relações pacíficas, a estabilidade política democrática, a modernização económica e a coesão social – sinónimos de qualidade e, por isso mesmo, atractivas.